



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEC 023/21 - MODIFICA REGIME PRECATÓRIOS DA UNIÃO

PLANO DE TRABALHO

Com vistas a confecção e votação do parecer à Proposta à Emenda à Constituição n^o 023/21, esta relatoria conforme já reiterado quando fiz uso da palavra na reunião de instalação desta Comissão no último dia 22 de setembro, pretende convidar prioritariamente as seguintes autoridades em audiências a serem agendadas pela Secretaria:

- Representante do Ministério da Economia;
- Representante do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal - Comsefaz;
- Representante da Confederação Nacional dos Municípios - CNM e
- Representante do Conselho Nacional de Justiça – CNJ

Para ouvirmos essas autoridades e outras que este colegiado queira trazer, temos a intenção de realizar 3 (três) audiências públicas por semana, até a elaboração do parecer.

Adicionalmente, pretendemos realizar visitas ao Ministro da Economia, ao Tribunal de Contas da União e ao Supremo Tribunal Federal, objetivando colher subsídios para nosso parecer. Pretendemos também ouvir as Lideranças Partidárias e as Presidências das Casas do Congresso, para viabilizarmos as condições políticas para a votação do parecer.

Gostaria de esclarecer, outrossim, que em face da premência da definição acerca desse tema, e em razão das diversas variáveis que deveremos analisar, optamos por não estabelecer uma previsão de votação do relatório final, que, como sabemos, é condição essencial para a definição da peça orçamentária para o ano de 2022, o que significa que esta matéria será levada para votação no momento em que houver as condições políticas para sua deliberação, que norteará a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para o ano que vem, com os recursos necessários para o novo programa de renda mínima do governo federal.

Brasília, 27 de setembro de 2021.

Deputado HUGO MOTTA - Relator